



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150705 - MG (2021/0230480-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : DAVIDSON JULIO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DAVIDSON JULIO DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.093963-3/000).

O recorrente foi preso preventivamente em razão da suposta infração do art. 121 c/c art. 14, inciso II ambos do Código Penal.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não foram especificados os fatos concretos que justificariam a prisão, carecendo o acórdão recorrido de fundamentação idônea.

Alega que seus predicados pessoais lhe permitiriam responder ao processo em liberdade.

Requer, liminarmente, a revogação da segregação cautelar. No mérito, pugna pelo provimento da insurgência para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 123-126):

*A prisão em flagrante do paciente foi homologada e convertida em preventiva, motivo da insurgência da impetrante, requerendo a soltura do paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas diversas.*

*Contudo, não se verifica nenhuma ilegalidade flagrante na manutenção da segregação provisória, tampouco abuso de poder, sendo de se observar que a decisão que converteu a prisão em preventiva encontra-se pautada em motivação concreta, estando devidamente fundamentadas. Veja-se*

*“(...) No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado DAVIDSON JULIO DOS SANTOS, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando da narrativa do APFD, que policiais durante operação, receberam informações dando conta de que na Praça Floriano Peixoto, um indivíduo teria desferido uma facada em outro, bem*

como foram repassadas as características do autor.

Neste passo, os policiais iniciaram rastreamento, logrando êxito em localizar um indivíduo com as mesmas características noticiadas, o qual ao perceber a presença da guarnição, tentou empreendeu fuga, contudo, sem êxito, sendo abordado em seguida e identificado como o autuado Davidson. Durante as buscas pessoais, foram localizadas na posse do autuado, uma bolsa contendo em seu interior uma faca com resquícios de sangue e uma blusa de cor listrada, tudo a sedimentar o *fumus commissi delicti*. Cumpre ressaltar que consta nas declarações do policial condutor, que os policiais durante parlamentação com o autuado Davidson Júlio dos Santos, o mesmo alegou ser morador de rua e que, enquanto dormia, um indivíduo o importunava e, para que não o incomodasse mais, desferiu um golpe com sua faca, deixando o local em seguida, fato que apenas corrobora os indícios de autoria e revela a gravidade concreta do delito. Cabe destacar, que os policiais lograram êxito na localização da vítima, a qual aparentava ser morador de rua, bem como foi prestada socorro, encaminhando-a ao nosocômio, local em que se encontrada internada e consciente, contudo, como estava embriagada no momento do delito, afirma não se lembrar do que ocorreu. É cediço que a pena máxima cominada pelo artigo 121 é de 20 (vinte) anos de reclusão, de tal forma que o decreto da prisão preventiva do autuado é medida imprescindível para a garantia da ordem pública e encontra supedâneo legal no artigo 313, I, do CPP. (...).”

Verifica-se que na decisão que decretou a prisão preventiva, foi claro o d. magistrado quanto à sua compreensão de que os argumentos levantados pela defesa não desconstituem os elencados para subsidiar a conversão da prisão em flagrante do paciente em preventiva.

Tal como a magistrada de origem, observo que a segregação provisória do paciente é necessária para a garantia da ordem pública, diante da extrema gravidade dos fatos, já que os fatos noticiados são recentes e dão conta de conduta de extrema violência em meio a via pública, fundamento que se reveste de contemporaneidade e evidencia o *periculum libertatis*.

Destaco que eventuais condições pessoais

*favoráveis do paciente, como ser primário, a princípio, não lhe garante o direito à liberdade provisória, devendo tais condições pessoais ser analisadas em conjunto com os demais elementos probatórios dos autos.*

*[...].*

*Por derradeiro, destaco ser incabível a prisão domiciliar do paciente, em razão da pandemia causada pelo COVID-19 nos termos do art. 5-A, da Recomendação 62/2020 do CNJ, in verbis:*

*[...].*

*Dessa forma, diante da prova da materialidade do delito, da existência de indícios suficientes de autoria, bem como da presença dos motivos da segregação cautelar, DENEGO A ORDEM impetrada.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência